

A CRIAÇÃO DO PANTEÃO CÍVICO: A UTILIZAÇÃO DOS HÉROIS LOCAIS NA PRODUÇÃO DA IDENTIDADE POTIGUAR

Autor: Saul Estevam FERNANDES - UFRN*

*Co-Autora: Patrícia de Oliveira DIAS** - UFRN*

*Orientador: Francisco das Chagas Silva SOUZA*** – CEFET - RN*

RESUMO:

Após a instauração da República em todo o território nacional apareceram diversas instituições com intuito de produzir uma identidade local, através da história e da identificação territorial de cada estado. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo discutir a importância da invenção dos heróis locais e de todos os rituais criados com a intenção de formar uma identidade potiguar. A partir de pesquisa realizada em jornais, bem como revistas e atas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, foi verificado que somente a partir da inauguração do Instituto, em 1902, que esse trabalho passou a ser feito com a população do estado, tendo sido de suma importância demarcação do espaço que hoje conhecemos como o Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: História local, Identidade, Heróis.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX foram bastante tumultuadas na política brasileira. Nesse período, os brasileiros viram o fim da escravidão em 1888, seguido, um ano depois, pela derrubada do Império. A base dessas mudanças estava em duas doutrinas em voga no imaginário da elite brasileira: o positivismo e o republicanismo.

É também nessa fase da nossa história que em todo o território nacional apareceram diversas instituições com intuito de produzir uma identidade local. Tais instituições eram compostas por uma elite intelectual que inauguraram academias científicas, museus e bibliotecas, as quais tinham como objetivo formar na população “provinciana”, através da história local e da identificação territorial, uma ligação com os filhos da terra.

Dessa forma, o presente trabalho busca discutir a importância da criação dos heróis locais pelas elites oligárquicas e quais os rituais e medidas tomadas pela elite pensante potiguar. Diante da república e da ciência, a identidade do povo potiguar passou a ser construída a partir do uso e da repetição, por diversas vezes exacerbados, de feitos gloriosos dos filhos da terra.

* Graduando em História pela UFRN (estevamcg@hotmail.com).

** Graduanda em História pela UFRN (pattideoliveira_rn@hotmail.com).

*** Licenciado em História (UFPB), mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UERN) e professor no CEFET-RN, unidade de Mossoró. (franciscosouza@cefetrn.br)

1. TECENDO CADA UM A SUA HISTÓRIA: OS HÉROIS E SUAS REALIDADES

O século XIX e princípio do seguinte foram marcados por profundas mudanças na sociedade e na política brasileiras e, conseqüentemente, na potiguar. Em 1817, a província do Rio Grande participou ativamente da Revolução. Como no restante do Brasil, no final daquele século e início do XX, fortalecem-se, no Rio Grande do Norte, os ideais positivistas e republicanos, estes, de grande importância na estruturação e modernização do Estado. É nesse período que se constroem três grandes mitos da História norte-rio-grandense: o Pe. Miguelinho, e os irmãos Pedro Velho e Augusto Severo.

1.1. Padre Miguelinho, sua vida e participação na “mais linda, inesquecível, arrebatadora e inútil das revoluções brasileiras”¹

Filho do capitão português Manoel Pinto de Castro e de Francisca Antonio Teixeira, Miguel Joaquim de Almeida e Castro nasceu na Cidade do Natal, em 17 de novembro de 1768. Aos 16 anos foi morar em Recife-PE, entrando para a Ordem Carmelita da Reforma. Após terminar os estudos eclesiásticos tornou-se frei Miguel de Bonifácio. Em 1800, em viagem à Europa, solicitou ao papa Pio VII a secularização, tornando-se, assim, Padre Miguelinho. (CASCUDO, 1955, p. 516 *apud* SUASSUNA & MARIZ, 2005. p. 136)

Em 1817, foi nomeado Mestre da Retórica do Seminário de Olinda e junto com sua irmã Clara de Castro, passa a morar na cidade de Recife, onde desempenhou papel importante na disseminação dos ideais republicanos pela Revolução Pernambucana. Nesta, juntamente com outros padres como José Inácio de Abreu e Lima e João Ribeiro, além de grandes senhores de terras, comerciantes, militares e intelectuais conseguiram tomar o poder nas províncias do Pernambuco e do Rio Grande do Norte. No entanto, logo foi organizada uma reação por D. Marcos de Noronha e Brito, apoiado por comerciantes portugueses da cidade de Recife e um mês após a organização de uma nova república, os revoltosos foram presos.

O movimento foi, sem sombra de dúvidas, “[...] uma explosão de revolta contra o absolutismo português e uma inequívoca afirmação dos elevados ideais, que, desde o fim do século XVIII, trabalhavam a alma nacional em suas nobres aspirações de justiça e igualdade.” (TAVARES DE LIRA *apud* SUASSUNA & MARIZ, 2005, p. 130)

¹ Cascudo (1987, p. 135) *apud* TRINDADE, Sérgio L. B. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal-RN: Sebo Vermelho, 2007. p.82.

Padre Miguelinho foi preso, em 21 de maio de 1817 e foi levado à fortaleza das Cinco Pontas, em Recife, onde junto com 72 revoltosos foi enviado a Salvador. Diante de sua acusação confirmou, segundo seus biógrafos, “todo o seu ideal de justiça e igualdade”. Em 10 de junho de 1817, foi condenado ao fuzilamento, por crime de lesa-majestade, sendo morto dois dias depois.

1.2. Pedro Velho, a vida e a política de um “admirável orador”

Filho de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e de Feliciano Maria da Silva e Albuquerque, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão nasceu em Natal-RN, em 27 de novembro de 1856. Aprendeu a ler com um professor particular, dando seqüência aos seus estudos no Ginásio Pernambucano, em Recife e no Colégio Abílio, em Salvador. Na sede da província baiana, concluiu o curso de medicina em 1881, ano em que também casou-se. Em Natal passou a atender como médico cardiologista, ginecologista e obstetra. Nessa cidade, também se realizou profissionalmente como professor de História Geral e do Brasil do Atheneu Norte-Rio-Grandense.

Com a criação do Partido Republicado do Rio Grande do Norte, em 27 de janeiro de 1889, Pedro Velho foi convidado para presidir o partido. Mesmo não tendo experiência, mas conforme Cascudo (1956, p.52), por ser um “Orador esplêndido, claro, empolgador, espalhando uma vibração incontida de movimento e de sedução”, revelou-se uma liderança política com grande atuação da província do Rio Grande do Norte.

Em seguida, fundou o Jornal “A República”, utilizando-o como divulgador de suas idéias. Instaurado o regime republicano, tornou-se Governador Provisório, sendo pelo senador paulista Adolfo Gordo.

Em 1890, foram realizadas eleições para representantes do estado na primeira Assembléia Constituinte da República Brasileira, oportunidade em que foi confirmado o prestígio de Pedro Velho, sendo este eleito deputado constituinte, deixando o mandado em 1892, quando tornou-se governador do seu estado governando até 1896.

No ano de sua saída do Palácio Potengi, Pedro Velho retorna à Câmara dos Deputados. Diante de tanto prestígio, era amigo pessoal de Quintino Bocayuva, Manoel Vitorino e Rui Barbosa, o qual o teria chamado de “admirável orador”. Em 9 de dezembro de 1907, Pedro Velho faleceu aos 51 anos de idade, na cidade de Recife-PE.

1.3. Augusto Severo, vida e morte de um “Pioneiro Esquecido”²

Também filho de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e Feliciano Maria da Silva de Albuquerque Maranhão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, irmão de Pedro Velho e de Alberto Maranhão, nasceu na cidade de Macaíba-RN, em 11 de janeiro de 1864.

Augusto começou seus estudos na cidade onde nasceu, dando continuidade na capital do estado. Posteriormente, a exemplo do seu irmão Pedro Velho, fixou residência em Salvador, onde concluiu o curso de humanidades. Em seguida, estudou na Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, regressando a Natal por problemas de saúde.

Quando o seu irmão Pedro Velho tornou-se governador do Rio Grande do Norte, Augusto Severo, nessa época deputado estadual, assumiu o lugar do irmão no Congresso Constituinte, em 1893, no qual permaneceu até 1901, quando partiu rumo a Paris, com o intuito de fazer experiências com balões dirigíveis, destacando-se como inventor.

Depois de muitas experiências, Severo finaliza o seu projeto mais importante: o balão dirigível “PAX”. A importância do projeto era tamanha que as revistas e jornais da Inglaterra e França abriram espaço para relatar a experiência vindoura. Pedro Velho, fazendo uso do jornal “A República”, também registra os feitos do irmão. Intitulado de “*Chronicas de Paris*”, o repórter Xavier de Moraes divulga aos potiguares os feitos do seu grande herói, o qual tinha grande acolhimento “perante o mundo civilizado”.

Após ensaio com o aparelho preso ao solo, no parque aerostático de Vauginard, em Paris, Augusto Severo, acompanhado do mecânico, em 12 de maio de 1902, realizou para o povo de Paris o tão almejado vôo. Estando a aproximadamente 400 metros de altura, aconteceu uma explosão, morrendo ambos.

Os mais importantes jornais europeus escreveram sobre a morte de Augusto Severo. No Rio de Janeiro, o jornal "A Notícia", de 23 de junho de 1902, afirmava com pesar: “Que dia esplêndido de glória. Glória triste, mas, apesar de tudo, glória”. O jornal da família Albuquerque Maranhão, “A República”, tratava diariamente da morte de Augusto Severo. Esse veículo da imprensa potiguar divulgou, por cerca de cinco anos, tudo o que era falado sobre o inventor. (FERNANDES, 1981, p.52)

² FERNANDES, Augusto. **Augusto Severo**: um pioneiro esquecido. Natal-RN: Fundação José Augusto, 1981.

2. A DOCTRINA POSITIVISTA E A MANIPULAÇÃO DO IMAGINÁRIO

Em vez de uma simples filosofia ou uma filosofia da história, o positivismo comtiano evoluiu com o intuito de também criar uma nova religião para humanidade, com uma nova teologia, com novos rituais. De forma laica, na visão de Comte, deveria ser fundido o religioso com o cívico, ou melhor, o cívico se tornaria religioso. (CARVALHO, 2000, p. 130)

A nova religião utilizaria de grandes homens da humanidade para criar no imaginário a legitimação e cristalização de uma identidade voltada a grandes feitos. Os rituais sagrados agora eram as festas cívicas, sendo a base de tudo a família, seguida da pátria, culminando no processo, a humanidade.

2.1. A simbologia e a criação dos heróis

Com o uso dos símbolos, a doutrina positivista tentava se basear no convencimento da população. Assim, deveriam ser abundantes as palavras escritas e faladas e também o apelo às imagens e rituais. Daí a construção de símbolos, monumentos e mitos, através dos quais, os positivistas acreditavam criar no imaginário uma identidade voltada aos grandes homens. Assim, seria pelo “[...] imaginário que se pode atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos, as esperanças de um povo”. A partir da leitura desses símbolos a sociedade definiria suas identidades e objetivos e organizaria o passado, presente e futuro. (CARVALHO, 2000, p. 10)

Diante de total mudança política, os símbolos, que eram a materialização da importância dos heróis locais, tinham um papel central na formação do imaginário popular, já que projetavam interesses e leituras codificadas, espalhando a coletividade uma identidade única.

Os símbolos e os heróis tocariam a emoção, já que não bastando “mostrar a verdade, é necessário fazer com que povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo”. Penetrando na alma “os traços de heroísmo e virtudes cívicas, oferecidas aos olhos do povo, eletrificando suas almas” para fazer com que surjam paixões pela glória. (CARVALHO, 2000, p. 11)

Transformando os rituais cívicos em religiosos, os positivistas utilizaram a pessoa de grandes homens da humanidade. Como sentimento de altruísmo a população a partir da leitura e codificação projetava suas identidades. Assim, os heróis, tocariam a emoção, seriam amados e se apoderariam da imaginação popular.

Criavam-se, dessa forma, mitos, “não no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade”, não nesse sentido grego. Mas no sentido antropológico, o qual o conceitua como “[...] a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminho para serem resolvidos no nível da realidade”. Assim, construíam-se heróis, verdadeiros deuses. Que sempre tinham um objetivo, o de mexer no imaginário popular. (CHAUI, 2006, p. 9)

3. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE (IHG-RN) E A CONSTRUÇÃO DOS HÉROIS POTIGUARES

No início da República, em todo território nacional, foram criados diversas instituições para a preservação da memória local. No que diz respeito aos Institutos Históricos, alguns estados desenvolveram os seus, aproveitando esse caráter estadual ligado a sua origem para transferir a eles o ideal de criação de uma cultura local. Era o período de se romper com a idéia centralizadora que estivera vigente por tanto tempo no país, já que o Brasil enquanto monarquia centralizava na figura do governo imperial toda forma de poder e conhecimento.

3.1. A criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: começo da Historiografia Potiguar e das festas cívicas

Em 29 de março de 1902, na capital do estado, foi inaugurado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Um fato que merece ser destacado é que com a criação do Instituto há o começo de uma historiografia potiguar, escrevendo e analisando fatos importantes para a formação da cultura do estado. Coube, por exemplo, aos sócios do Instituto, no início do século XX, a defesa do atual município de Grossos como fazendo parte do território potiguar.

É válido ressaltar que algumas áreas hoje pertencentes ao Rio Grande do Norte estiveram sob litígio com o Ceará no século XIX devido a concorrência entre as charqueadas do oeste do Rio Grande do Norte – Mossoró e Assu – e as de Aracati-CE. Assim, os estudos históricos desenvolvidos pelo IHG-RN se basearam na “ciência” para “provar” as raízes e a identidade do território potiguar.

Com a instauração da República passa a se construir a atual forma do Estado do Rio Grande do Norte. É em fins do século XIX que foi se traçando uma identidade potiguar pois com a queda do império, cada estado passa pelo seu processo de centralização identitária.

A disputa de territórios com o Ceará é ponto fundamental na finalização do atual território. Com a ajuda das elites natalense e caicoense, é feito um trabalho que tinha como objetivo formar

uma identidade voltado aos heróis locais. Para as figuras de homens do saber e de republicanos, os “homens modernos”, voltavam-se as atenções e a admiração dos potiguares

Com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1902, e com a organização de suas festas cívicas, mostrava-se através da música, símbolos, estandartes, objetos pessoais e monumentos, assim como mudança de nomes de ruas e cidades³, os feitos de “grandes homens”. Dessa forma começa a se cristalizar no imaginário coletivo, uma identidade única, uma cultura que tem um ponto central a se curvar e a louvar. A terra dos índios potiguares agora se voltava para cultuar grandes homens.

A prática de rituais ligados ao civismo era um dos pontos fundamentais defendidos pelos positivistas. Diante da ideologia, até a religião deveria ser voltada aos “grandes homens”. Todo o regime político republicano deveria “criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade”. (CARVALHO, 2000, p. 14)

As festas cívicas era o momento em que os heróis republicanos eram louvados, onde eram sempre expostos a bravura e os grandes feitos de cada mito em construção. Nessas festas eram declamadas, em verso e prosa, em livros e jornais, sons pelas bandas de música, monumentos e pinturas, as virtudes de cada herói.

Os sócios organizam festas cívicas, em homenagem aos heróis potiguares. As datas escolhidas eram os dias 2 de maio, 12 de junho, 15 de novembro. Essas datas carregavam um forte valor sentimental, onde mexeria com as emoções dos cidadãos. Na primeira e segunda datas eram comemorados os aniversários de morte de Augusto Severo e de Padre Miguelinho, respectivamente, na última eram cultuados os heróis republicanos, na figura de Miguelinho, sobretudo Pedro Velho.

Em 12 de junho de 1906, comemorou-se o 89º aniversário de morte de Pe. Miguelinho. Tendo a frente Henrique Castriciano, o Instituto organizou uma festa cívica em homenagem aos heróis da terra, sobretudo o padre morto na Revolução Pernambucana, em 1817.

No palácio do governo foi exposto a estola com a qual o Pe. Miguelinho foi morto, a escrivanhinha de Pedro Velho e um retrato em tela, com a figura de Augusto Severo. Dessa maneira, os organizadores do evento tinham como principal pretexto, o de parar a cidade em volta dos festejos cívicos.

³ Quando da criação do IHG-RN, haviam 37 cidades no Rio Grande do Norte, onde apenas três tinham o nome de alguma personalidade ou família. Hoje, o Estado do Rio Grande do Norte, possui 167 municípios, dos quais 37 tem o nome de algum herói ou família, ou seja, levam tem o preceito positivista enraizado em seu nome.

Alberto de Albuquerque Maranhão, na época governador fez uso da máquina administrativa para que se homenageassem os grandes homens. Mas não só foram usados símbolos tocáveis. O governador e a burocracia mudam, com a Lei Estadual nº 197, de 28 de agosto de 1903, o nome da vila de Triunfo, hoje Campo Grande, para Vila de Augusto Severo, em homenagem ao aeronauta que morrera em Paris.

Dessa forma, com a ajuda financeira e administrativa do Governo do Estado, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte passa a se fortificar com sua tripla função social – museu, academia historiográfica e biblioteca – ganhando força assim na comunidade, sobretudo para a elite potiguar, cristalizando assim uma identidade local.

CONCLUSÃO

Se os potiguares estão, hoje, inseridos dentro de uma linha imaginária que relembra um “elefante mal-ajambrado” – assim posto pelo escritor potiguar Nei Leandro de Castro, em “As pelejas de Ojuara” – isso se deve em grande parte aos esforços de uma elite política e intelectual que compôs o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e que objetivava formar uma identidade local.

Diante da República e da Ciência Positivista, a identidade do povo potiguar passou a ser construída a partir do uso e da repetição, por diversas vezes exacerbadas, de feitos gloriosos dos filhos da terra. Conforme o discurso da época: “que conseguiram com coragem e bravura o respeito do mundo civilizado e em civilização”, passando a ser motivo de orgulho, em detrimento dos índios “potiguares”. Fato este que, de forma alegórica e personificada nesses heróis locais, indiscutivelmente, fez com que houvesse a construção e um sentimento de orgulho e identidade voltados à terra desses grandes homens.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O livro das velhas figuras**. V. 7. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

FERNANDES, Augusto. **Augusto Severo**: um pioneiro esquecido. Natal :Fundação José Augusto, 1981.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 3 ed, Natal: EDUFRN, 2007.

SUASSUNA, Luiz E. B.; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte**. Editora Sebo Vermelho, 2005.